

Sabóia e Valbert querem mudar projeto da Carta

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, disse ontem em Salvador, onde se encontra em visita de inspeção ao 2º Distrito Naval, que tem conversado "com muitos constituintes" sobre a necessidade de eliminação, no segundo turno de votação da Constituição, de dispositivos "reconhecidamente não compatíveis com o momento atual".

Em Brasília, o ministro-chefe do EMFA, almirante Valbert Liesieux, previu que "as instituições militares poderão sofrer mudanças em sua estrutura", caso não sejam eliminados alguns dispositivos aprovados no primeiro turno de votação da Constituinte. Os dois ministros coincidiram na citação de dois desses dispositivos: as vantagens ao funcionalismo que permitiriam, na área militar, a promoção de oficiais da reserva e a exigência de mandado judicial para a execução de prisões fora de flagrante.

"PREJUÍZOS"

O ministro da Marinha considerou que a manutenção desses dispositivos "trará sérios prejuízos à sociedade". O almirante Valbert acrescentou que, embora o EMFA não tenha, especificamente, nenhuma reivindicação para o segundo turno da Constituinte, o Exército defende a supressão, no capítulo que define as atribuições do presidente da República, da competência de "promover oficiais-generais das três Armas e nomear seus comandantes", o que pode ser determinado em legislação ordinária.

CRISE ECONÔMICA

Nas declarações em Salvador, o almirante Henrique Sabóia declarou não acreditar que o País entre em fase de hiperinflação, apesar das "sérias dificuldades econômicas". Para o ministro da Marinha, existe no País "uma onda de pessimismo provocada por uma parcela da imprensa" e é preciso "o empenho de todos os brasileiros na luta contra a inflação". Definiu os ministros da área econômica como "homens competentes e preparados".

O ministro da Marinha reiterou que as Forças Armadas também são afetadas pela crise econômica, e que apenas 0,7% do PIB brasileiro é destinado aos gastos militares. Disse que a Marinha, em decorrência de limitações orçamentárias, tem uma quantidade de navios menor que as necessidades: "Precisaríamos imediatamente de mais 12 corvetas para substituir nossos contra torpedeiros que já estão ultrapassados. Mas devido às limitações orçamentárias mandamos construir apenas quatro.

Licença-maternidade fica na Constituição

BRASÍLIA — As lideranças partidárias decidiram, ontem, depois de sete horas de negociações, que será mantida no texto da futura Constituição a licença-maternidade de 120 dias. Mas não houve acordo sobre os principais pontos polêmicos do capítulo que trata dos direitos sociais, como a jornada de trabalho de seis horas, a estabilidade no emprego, a licença-paternidade, o pagamento mínimo de 50% pelas horas-extras, a prescritebilidade dos direitos trabalhistas, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e a estabilidade dos dirigentes sindicais. Estes pontos deverão permanecer no texto como estão, embora uma nova rodada de negociações seja realizada hoje.

Os líderes entraram em acordo, ainda, sobre o abono de um terço do salário durante as férias anuais e a irredutibilidade dos salários, que também serão mantidos na nova Carta. Outro ponto a ser mantido é o artigo que assegura a eleição de um representante para mediar negociações entre os empregados de empresas com mais de 200 funcionários em seu quadro, assim como a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos.

Participaram das negociações lideranças de todos os partidos e facções. O PFL, por exemplo, estava representado por José Lins (CE) e pelo líder dissidente Marco Maciel (PE); o PMDB participou com Nelson Jobim (RS) e Luiz Roberto Ponte (RS), representando o Centro. A negociação de hoje será feita por um subgrupo formado pelos deputados João Paulo (PT-MG), Luiz Roberto Ponte, Antônio Britto (PMDB-RS), Geraldo Aickmín (PSDB-SP) e Jofran Frejat (PFL-DF).

Ainda não houve acordo sobre a forma de votação dos temas polêmicos. Alguns partidos, como o PMDB e o PFL, querem instituir a "semana Boeing", quando esses temas serão apreciados. O PT não

concordou com a forma de seleção das emendas e não deverá dar seu apoio à idéia. Entre os acordos para votação firmados ontem, ficou acertado que, na estabilidade do emprego, será votada em primeiro lugar a emenda do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que quer retirar do texto a indenização compensatória. Ela será seguida da emenda do deputado Amaury Muller (PDT-RS), que tem o mesmo objetivo. Por último, será apreciada a do deputado Augusto Cárvalho (PCB-DF), que pretende que a legislação ordinária e não a complementar regule a questão

QUÓRUM

Não houve ontem votação na Constituinte devido à falta de quórum: estavam no plenário 273 constituintes, sete a menos do que o mínimo de 280. Hoje, com o retorno do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é possível que haja votação.

A ausência de Ulysses, que esteve no exercício da Presidência da República, foi apontada mais uma vez, por vários constituintes, como o principal motivo para não haver votações. Alguns parlamentares culpam a imprensa com que o presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), encerrou a sessão por falta de quórum. Atropelando alguns oradores, Benevides anunciou o encerramento da votação quando ainda entravam em plenário alguns parlamentares. A sessão, iniciada às 13h30, foi encerrada às 15h32, depois de vários discursos no pinga fogo.

Para os constituintes Adylson Motta (PDS-RS) e Victor Faccioni (PDS-RS), ficou comprovado que não se realizam votações na Constituinte com a ausência de Ulysses. Nesse sentido, Motta considerou que não deveria haver nem mesmo sessão durante toda esta semana, enquanto Faccioni lamentou a centralização de tudo nas mãos de Ulysses.